

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do último quarto de século têm surgido reflexões pertinentes de que as cidades do mundo ocidental ingressaram numa nova Era da sua história. Essas ideias sugerem que, conquanto ainda sejam cidades produzidas por uma sociedade moderna, elas passaram por mudanças de tal alcance que não podem ser mais aceites pelas velhas designações, nem estudadas no contexto das teorias urbanas convencionais. Em resultado de todo um conjunto de transformações relacionadas com a reestruturação económica global e a compressão espaço-temporal propiciada pelas melhorias significativas nos transportes e pelas novas tecnologias da comunicação, as cidades de maior dimensão das sociedades capitalistas do mundo desenvolvido têm registado alterações profundas em vários domínios fundamentais da vida urbana: na base económica, na composição socio-cultural, na estrutura urbana, na política e gestão, entre outros. É já seguramente consensual para um número crescente de autores que se assiste, nas últimas décadas, à formação de um novo tipo de cidade que, por comodidade e na falta de melhor expressão, se designa de “pós-moderna”, “pós-industrial” ou “pós-fordista”.

Porém, de facto, existem aspectos incontornáveis na dinâmica urbana relativamente aos quais se poderá dizer, de há umas décadas para o presente, que se está a experimentar um período de transição de paradigma, sendo embora muitas as cautelas teóricas que chamam a atenção para o facto da incidência de aspectos que se encontram em relação de descontinuidade com o passado, não significar forçosamente que entre as diferenças, não permaneçam vestígios familiares e sinais de continuidade com a Modernidade. Um tipo de resposta às diversas transformações que se têm vindo a processar ao nível da condição urbana consistiu na defesa do ponto de vista de que as mesmas representam variações de um tema contínuo, manifestações da crise recorrente da cidade moderna. As mudanças são frequentemente conceptualizadas apenas como sintomas passageiros no seio de uma modernidade urbana basicamente contínua e não como vestígios da emergência de uma forma de vida social urbana potencialmente nova.

Mesmo assim, se é certo que a emergência da cidade pós-moderna do capitalismo tardio não anula, por substituição automática, a cidade moderna do capitalismo industrial, a verdade é que as manifestações da transição não deixam margem para grandes dúvidas no esboço de uma nova forma de organização do espaço urbano. A crescente fragmentação social urbana prova-o, em consequência das aceleradas mudanças a nível económico e tecnológico; das transformações associadas na experiência do espaço e do tempo; da transferência da produção para o consumo como fulcro da existência individual e social; da escala crescentemente global das formas de vida urbana económica e cultural; da complexificação da divisão social do espaço urbano (Dear, 2000; Dear e Flusty (2002).

Neste contexto, o processo de gentrificação pode ser encarado como um dos processos espaciais mais visíveis desta ampla mutação socio-económica, como materialização no espaço urbano deste profundo processo de reestruturação que experimentam as sociedades ocidentais de capitalismo avançado, sob o signo de afirmação de uma condição pós-moderna.

Numa última fase de estudo da gentrificação, a análise do fenómeno centrou-se nas teses da produção e do consumo, oferta e procura, respectivamente. As explicações tenderam a dicotomizar-se, procurando, cada uma delas, privilegiar a supremacia de uma esfera em relação à outra no estudo do processo. As primeiras teorias procuraram enfatizar a importância do capital e dos diversos agentes institucionais (Estado, Poder Local, Bancos e outras instituições financeiras) no processo de reestruturação do espaço urbano fazendo derivar o processo de gentrificação do movimento e circulação de capital nas áreas urbanas, procurando explicar este processo através da desvalorização que sofre o solo urbano, face ao rendimento que um novo investimento poderia ter. Por seu turno, as teorias que privilegiam o consumo, entendem a gentrificação como consequência directa das mudanças verificadas na estrutura demográfica e social da população e no estilo de vida de certos sectores da classe média, nos valores e padrões de consumo a ele associados.

O desenvolvimento deste breve trabalho constrói-se, então, num percurso de discussão e reflexão teóricas das questões gerais inerentes às recentes tendências pós-modernas da evolução do pensamento geográfico, e do seu reflexo na metodologia e conceptualização a que recorrem os principais académicos dos estudos urbanos para o estudo da gentrificação. Tratando-se de um ensaio teórico e exploratório desta problemática, desprovido de fundamentação empírica directa, o texto segue uma metodologia hipotético-dedutiva, pelo que a sua construção parte de postulados ou conceitos já estabelecidos na literatura consultada, através de um trabalho lógico de relação de hipóteses, que configura, a nosso ver, uma possível perspectiva de interpretação do fenómeno em estudo. Procurar-se-á, assim, interpretar este tema da geografia urbana equacionando-o sob o signo dos posicionamentos normativos gerais deste movimento explicativo da realidade sócio-espacial no âmbito da Epistemologia da Geografia e ainda da Filosofia da Ciência em geral.

2. DA CONDIÇÃO URBANA PÓS-MODERNA

O conceito de pós-modernidade tem sido invocado para descrever os desenvolvimentos ocorridos num certo número de áreas tais como a arquitectura, a arte, a literatura, o cinema, a música, a moda, as comunicações, as experiências do espaço e do tempo, os aspectos da identidade, assim como as respectivas reflexões sobre estas e outras questões mais vastas da vida social empreendidas no âmbito da filosofia, da política e da sociologia e, também, na geografia.

É vasta a literatura científica que acumula contribuições válidas em considerar a questão da pós-modernidade uma problemática relevante no discurso social, económico, cultural político e epistemológico. A pós-modernidade não só como uma condição social, económica e política contemporânea, mas também, e sobretudo, como forma de reflexão e de resposta à acumulação de indícios sobre os limites e as limitações da modernidade. A pós-modernidade como condição indispensável de discussão das dúvidas, das incertezas e das ansiedades que parecem cada vez mais ser o corolário de uma modernidade inacabada. A obra lapidar de Boaventura de Sousa Santos (1989, 1994) demonstra que a ciência moderna se encontra mergulhada numa profunda crise e que experimentamos uma época de transição paradigmática entre o paradigma da modernidade e um novo paradigma, de cuja emergência se vão acumulando sinais evidentes, e a que, na falta de melhor designação, apelamos de pós-modernidade.

Um dos primeiros pontos, senão o primeiro, que importa discutir a respeito da pós-modernidade é o de saber não só “o que significa”, mas também, e sobretudo, em caso de significar algo, “qual o sentido daquilo que significa” (o que se pressupõe ser diferente daquilo que é designado por outros conceitos e/ou paradigmas). O prefixo “pós-”, se é certo que pretende expressar, antes de mais, uma resposta à modernidade, quer como uma oposição/ruptura, quer como sua continuidade diferenciada, também remete, numa primeira abordagem, para um certo esgotamento das taxinomias. Assim sendo, importa investigar se se pode mesmo falar da pós-modernidade como um novo paradigma (ou não-paradigma) e, em caso afirmativo, em que consiste e como conceber os seus princípios teóricos. Não é esse o objectivo do presente trabalho.

Não obstante as críticas aos excessos do discurso pós-moderno, o estudo do seu pensamento afigura-se indispensável, pois se ainda que o debate teórico que originou repercutiu um escasso eco na geografia enquanto ciência espacial, a verdade é que as suas perspectivas de compreender o mundo e a ciência modificaram as coordenadas de orientação da cultura ocidental. Interessa-nos, todavia, e acima de tudo, produzir uma breve reflexão em torno do enfoque incontestável de interesse com que a pós-modernidade tem vindo a presentear a política da diferença, das “margens”, do consumo cultural e dos novos estilos de vida urbanos que marcam a paisagem da cidade contemporânea, a identidade “descentrada” do gentrifier e uma produção do espaço urbano fragmentado.

Nas últimas três décadas, o debate epistemológico e social sobre a condição pós-moderna interceptou com frequência o da cidade¹. E existem análises da modernidade do espaço urbano e das suas consequências que sugerem que é agora necessário conceber e utilizar a noção de pós-modernidade para se conseguir compreender devidamente a condição urbana actual da gentrificação. Na verdade, a aplicação do adjectivo de “pós-moderno” sugere que o fenómeno urbano se acha hoje numa fase de transição, em que estão menos presentes as características e os princípios que se lhe atribuíam no “período moderno”, senão mesmo correspondendo à ideia geral de um esgotamento da experiência urbana que representou. Sugere-se, implicitamente, que os novos caracteres que se têm vindo a delinear ainda não configuram um modelo coerente ao ponto de garantir uma definição efectiva e uma aplicação completamente descomplexada do adjectivo “pós-moderno” à cidade e ao espaço urbano.

De acordo com uma aproximação em termos de ciclos, podemos então pôr a hipótese de que entrámos num novo ciclo da vida da cidade, qualificado frequentemente de pós-fordista. Esta denominação é também um pouco ambígua, pois supõe a superação completa do fordismo e do paradigma do ciclo precedente, o que não é exactamente o caso. É, todavia, já seguramente consensual para um número crescente de autores que se assiste, nas últimas décadas, à formação de um novo tipo de cidade que, por comodidade e na reconhecida falta de melhor expressão, se designa de “pós-moderna”, “pós-industrial” ou “pós-fordista”.

De um ponto de vista económico, o novo ciclo que se inicia é marcado pela globalização (internacionalização), pela procura de novos tipos de produtividade, de flexibilidade, de polivalência, de procura sistemática da velocidade, da experimentação de novos modos de organização económica, do desenvolvimento dos transportes e das telecomunicações. Em consequência disto, enquanto que a época fordista se mostrava dominada por uma tendência geral para a concentração das actividades produtivas em grandes pólos urbanos, o período mais recente assiste a uma presença simultânea de impulsos centrífugos e centripetos. Os primeiros dizem respeito às actividades

industriais e, sobretudo, às que produzem bens de largo consumo. Os impulsos centrípetos, em contrapartida, referem-se sobretudo às actividades terciárias mais qualificadas, da finança aos centros de consultadoria e de marketing, da pesquisa às actividades ligadas à cultura e à informação.

Esta transição para o novo regime de acumulação flexível de capital, lê-se no território através do aumento da fragmentação urbana e de um mapeamento mais complexo das actividades e das funções urbanas. Nas teorias da condição urbana pós-moderna, a cidade é hoje apreendida como um “sistema complexo”, irreduzível à separação em funções elementares e em zonas estanques. Ela deve ser concebida como uma realidade flexível que se pode adaptar e modificar ao longo do tempo, ao contrário da produção massificada dos grandes conjuntos habitacionais, ilustração dramática da rigidez do período moderno. O urbanismo deve ser “ágil” e realizar-se mais a partir de projectos urbanos estratégicos do que de planos directores. O planeamento urbano deve ser mais pragmático, participado e elástico, promovendo a miscigenação funcional e a polivalência. Todas estas características empurram a evolução da cidade para um espaço crescentemente policêntrico, constituído por diversos pólos de emprego, de comércio, de serviços e de lazer, paralelamente a uma desconcentração das actividades e à redução da proeminência do centro tradicional (Ascher, 1998). O princípio da incerteza revê-se na cidade pós-moderna, composta por movimentos simultâneos antagónicos de desconcentração e de recentralização, evidentes também na mobilidade residencial intra-metropolitana, com os processos de suburbanização e de gentrificação, respectivamente.

A reestruturação da base económica está associada a uma progressiva desindustrialização dos espaços urbanos e ao incremento da presença de actividades terciárias, factores que influenciam decisivamente a estrutura funcional das cidades e que redefinem a sua funcionalidade interna, já que se acelera o processo de substituição dos espaços de produção pelos de serviços e de lazer. De facto, assiste-se a uma profunda transformação da funcionalidade da cidade moderna, a qual assentava na componente da produção.

A transição da sociedade moderna para a sociedade pós-moderna é caracterizada, entre muitos outros aspectos, por importantes alterações nos domínios demográfico e socio-cultural – alterações na estrutura e composição da família (crescimento do número de isolados, aumento das uniões de facto e de casais sem filhos), crescente participação da mulher na esfera produtiva, acesso ao ensino, democratização da educação, entre outros. Todos estes factores vêm igualmente contribuir para a profunda alteração da estrutura social e dos padrões, condutas e estilos de vida a estas associados, nomeadamente, ao nível dos padrões de escolha, de (p)referência ao habitat (Ley et al., 1986).

Como já foi referido anteriormente, o processo de gentrificação contextualiza-se no seio de uma ampla recomposição sócio-demográfica, traduzindo-se na constituição de uma suposta “nova classe média” que se diferencia da classe média tradicional (Ley, 1994, 1996; Butler, 1997). Os seus membros ocupam lugares em profissões tradicionais que tendem a crescer e em novas profissões ao nível de actividades ligadas ao que Bourdieu (1989) apelidou de “produção simbólica”. São os intermediários culturais, ligados às indústrias culturais, às artes, à publicidade, ao design, à moda, à cultura, imagem e marketing, arquitectura e decoração, entre outras.

3. DAS MARGENS PARA O CENTRO: RECENTRALIZAÇÃO E GENTRIFICAÇÃO

A afirmação destas categorias sociais acompanha os sinais de reconfiguração da estrutura económica e social da cidade, na transição entre a modernidade e a pós-modernidade, desencadeada pelo processo de reestruturação económica, por meio do qual actividades e aspectos anteriormente periféricos, sofrem um movimento de (re)centralização – “das margens para o centro”, no entendimento de O’Connor e Wynne (1996) – passando a assumir uma maior centralidade nas preocupações do urbanismo. Segundo estes autores, esta recentralização é tripla. Primeiro, diz respeito a um processo de reestruturação económica, em que actividades anteriormente periféricas na cidade industrial “produtiva” ganha relevo social e espacial (cultura, consumo, imagem). Segundo, trata-se de um processo pelo qual grupos e actividades “marginais” se tornam centrais para a cidade, ao mesmo tempo que tornam a cidade central para si mesmos, mormente, nas práticas e nas representações. Terceiro, por fim, é o próprio processo de gentrificação, através do qual o movimento de fixação de determinados segmentos populacionais na cidade centro, resulta na revitalização de áreas marginalizadas e excluídas.

A gentrificação assiste ao surgimento de um novo contexto de valorização da urbanidade segundo moldes e formas culturais (Davis, 1985) que consolidam uma cultura hedonista permissiva que acompanha a pós-modernidade e se reflecte no espaço da cidade através da emergência de novos produtos imobiliários que configuram os lugares urbanos sob o signo do imagético e do “valor-signo”, ou seja, do simbólico. O que efectivamente está em causa nas mudanças com diversos níveis de registo na paisagem urbana da cidade é o facto de se estar a configurar um deslocamento progressivo da leitura e ênfase imagética mais económica e funcional das metrópoles (baseadas até

então no processo produtivo), para um centramento em torno de um registo mais estético, simbólico e cultural (baseadas actualmente no processo de consumo). Na realidade, a cidade sempre constituiu, em todas as fases da sua história, um fenómeno cultural e simbólico. Porém, a organização socio-económica contemporânea, e respectivas manifestações no comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais, tem-se definido cada vez mais à luz do privilégio conferido ao consumo, de tal maneira que se pode mesmo falar em sociedade e cultura de consumo (Baudrillard, 1970; Featherstone, 1991).

No caso dos estudos urbanos, estes conceitos têm sido aplicados à transição no sentido de uma condição pós-moderna em geral (Dear, 2000) e dizem respeito ao papel preponderante que o consumo detém no processo de identificação e mediação sociais e nos novos padrões de uso do tempo/espço. Também na teoria social contemporânea tem sido dada proeminência ao consumo cultural e à cultura do consumo, associada aos argumentos expostos por Jameson (1991), no sentido das últimas transformações sociais causadas pelo consumismo terem resultado numa expansão maciça do campo cultural.

A consolidação da cultura de consumo nas sociedades contemporâneas, com impactos visíveis na esfera da produção e na esfera da reprodução, tem levado muitos analistas urbanos a identificarem o processo de gentrificação com a emergência e constituição de uma suposta “nova classe média”, a qual procura tomar para si uma posição específica nas estruturas sociais, diferenciando-se das classes médias tradicionais através de práticas, consumos e valores (especialmente em relação ao habitat), que indiciam o surgimento de novos estilos de vida em contextos de urbanidade. São indivíduos cada vez mais receptivos e direccionados para o consumo que, pela influência dos especialistas e intermediários da produção simbólica, interiorizam cada vez mais o “consumo da cultura” (entendido como dimensão da “cultura de consumo”), com efeitos significativos nas suas estratégias de vida. A vida social urbana contemporânea afigura-se a estes indivíduos como um “trabalho de arte” ao nível do consumo de bens, do uso e apropriação do espaço urbano (público e privado) e das actividades de lazer. A este facto não é alheia uma certa “des-sacralização” da cultura que, diluindo-se, se torna omnipresente na vida quotidiana, estilizando-a, colocando ao dispor dos indivíduos um complexo diversificado de referências para a construção de estilos de vida que caracterizam os actuais contextos de urbanidade.

Indissociável da cultura de consumo e da emergência e crescimento de actividades de produção simbólica encontra-se também a afirmação de uma tendência de estetização da vida social. Esta pode ser entendida em vários sentidos. Em primeiro lugar, o do “apagamento” ou transgressão dos limites entre a arte e a vida social. É a ideia de que tudo pode ser arte e de que a arte pode estar embutida em todo e qualquer objecto, manifestação, comportamento, incluindo na trivialidade da vida quotidiana. Em segundo lugar, a estetização da vida social pode ser entendida como o projecto de tornar a vida uma obra de arte – salientem-se as figuras do dandy, do flâneur, personificações do estilo de vida boémio e que privilegia as sensações e as experiências de vida na produção do entendimento da realidade social. Algo que está geralmente associado ao perfil social do gentrifier (Bowler e McBurney, 1991).

São estes dois fenómenos descritos de forma sintética – cultura de consumo e estetização da vida social – que estão na base da afirmação de uma “nova classe média” na reconfiguração das cidades centrais e, por conseguinte, na valorização de novos produtos imobiliários que nestas se começa a encontrar. Para além dos intermediários culturais, aquele novo grupo social diz também respeito a profissões científicas e técnicas relacionadas com a educação, a formação profissional e o meio académico.

4. FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E DESCENTRAÇÃO DO GENTRIFIER

A gentrificação é sempre, por definição, um processo de “filtragem social” da cidade. Vem despoletar um processo de recomposição social importante em bairros antigos das cidades, iniciando um processo que opera no mercado de habitação, de forma mais vincada e concreta nas habitações em estado de degradação dos bairros tradicionalmente populares. Correspondendo à recomposição (e substituição) social desses espaços e à sua transformação em bairros de classes média, média-alta, não se pode deixar de referir, por conhecimento deste processo de “substituição social”, o reforço da segregação socio-espacial na sua sequência, aprofundando a divisão social do espaço urbano. A verdade é que a apropriação pontual do espaço, característica da gentrificação, introduz mudanças na escala da segregação socio-residencial produzida. Esta far-se-á, doravante, e contrariamente ao que acontecia na cidade moderna, a uma escala micro de maior complexidade, baralhando o primórdio da divisão social da cidade em manchas homogéneas, inerente ao princípio de zonamento funcional associado à cidade industrial.

Assim, quando se assiste à emergência de empreendimentos destinados à habitação de grupos de estatuto socio-económico mais elevado em bairros históricos de características essencialmente populares, verdadeiros enclaves de

luxo no seio de áreas de residência de classes baixas, facilmente se conclui que a gentrificação é um exemplo de uma nova organização do espaço urbano, reforçando uma estrutura fragmentada, típica da cidade pós-moderna. As implantações dos projectos imobiliários dirigidos aos gentrifiers apresentam um carácter pontual, introduzindo uma diferença brusca em relação ao tecido social envolvente. Queremos, todavia, realçar que uma característica central das geografias pós-modernas da gentrificação é a fragmentação urbana, e que deriva da recentralização selectiva inerente ao processo. Essa fragmentação encontra-se presente quer na implantação pontual dos novos produtos imobiliários dirigidos aos potenciais gentrifiers, quer na apropriação socio-espacial descontínua que o gentrifier faz do bairro e da cidade, quer na natureza cada vez mais poliédrica e camaleónica da sua identidade, inerente à sua condição de indivíduo na cidade pós-moderna, como desenvolve Cachinho (2006) a propósito do consumidor.

Por fragmentação do território deve entender-se «uma organização territorial marcada pela existência de enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura socio-espacial que os cerca» (Barata Salgueiro, 1998: 225). A autora faz notar que o que define o enclave não é tanto a sua dimensão (que se podia pressupor reduzida), mas o tipo de relação (ou melhor a não-relação) com as áreas envolventes que lhe são contíguas em termos territoriais, porém, desprovidas de continuidade social e funcional. O processo de gentrificação que ocorre nas cidades centro de várias metrópoles do mundo de capitalismo avançado aparenta, assim, corroborar a tese, advogada por Teresa Barata Salgueiro nos seus estudos mais recentes (2001), da cidade pós-moderna, enquanto espaço fragmentado. A cidade compacta, de limites precisos, cujo centro evidencia uma relativa homogeneidade social, estiliza-se num conjunto de fragmentos distintos onde os efeitos de coesão, de continuidade e de legibilidade urbanística, dão lugar a formações territoriais mais complexas, territorialmente descontínuas e sócio e espacialmente enclavadas (Graham e Marvin, 2001).

As implantações dos projectos imobiliários dirigidos aos gentrifiers apresentam um carácter pontual, introduzindo uma diferença brusca em relação ao tecido social envolvente. A estrutura urbana que promovem caracteriza-se pela emergência de enclaves que são dissonantes no seio de um de tecido com uma certa homogeneidade socio-espacial. Digamos que existe contiguidade espacial, mas não continuidade social e funcional, pelo que predomina a dessolidarização do entorno próximo, pois os novos moradores e as actividades em que participam, produzem-se cada vez mais em redes de relações. Cada gentrifier constrói assim uma rede de ligações sociais transversal aos vários espaços de residência, pelo que os laços fortes de solidariedade e de amizade tendem a ultrapassar a geografia do bairro.

Na cidade pós-industrial assiste-se a uma gradual perda de importância do factor “proximidade territorial” na estruturação das relações sociais. De facto, o “próximo” deixa de ser o “mesmo”. As relações sociais dos novos moradores estão cada vez menos focalizadas no espaço do bairro e nos vizinhos. Cada indivíduo pode combinar à sua maneira a relação de proximidade e a relação de distância, numa diversificação profusa de relações com os mais diversos círculos sociais (Remy, 2002; Navez-Bouchanine, 2002). Isto graças, entre outros factores, às melhorias nos transportes e comunicações, que reestruturam o padrão das acessibilidades individuais, libertando muitas localizações dos constrangimentos da proximidade (Barata Salgueiro, 1998; Poche, 1998).

O problema da identidade moderna era o de como se construía uma identidade, mantendo-a sólida e estável. O problema da identidade pós-moderna é, em primeiro lugar, o de como evitar a fixação e manter as opções em aberto. No contexto da cidade pós-industrial, as diferentes apropriações do espaço derivam da agregação temporária e fluída, estabelecida entre as várias ligações sociais (Bauman, 2000) ou, dito de outro modo, decorrem da agregação das várias escolhas e vontades inter-individuais. As “velhas” identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio. Novas identidades surgiram, entretanto, deixando o indivíduo moderno fragmentado, subscrevendo trajectórias múltiplas e fluentes. A “crise de identidade” faz parte de um processo amplo de mudanças que, segundo Stuart Hall (2005), está a deslocar as estruturas e os processos centrais das sociedades modernas e a abalar os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. A apropriação do espaço particulariza-se em função das diferentes ramificações que estruturam a vivência quotidiana do indivíduo, doravante, cada vez mais fragmentada.

Estes são os elementos centrais da celebração pós-moderna das dimensões fragmentadas e multidimensionais da experiência socio-espacial do gentrifier, indo de encontro à obra de Deleuze e Guattari, e também à de Lyotard, onde se sublinha o facto da experiência contemporânea ser uma de fragmentação, desordem e polivalência. Ora, estes atributos estendem-se da identidade social ao território urbano. As geografias pós-modernas da gentrificação atacam a ontologia unidimensional imposta pelo estruturalismo, nomeadamente o ímpeto de controlo e de certeza que tenta categorizar o sujeito gentrifier como unificado e o seu perfil como perfeitamente tipificado.

Para Rose (1984), por exemplo, se é correcto traçar um esboço global quanto às pertenças dos protagonistas da gentrificação, importa referir algumas clivagens quanto às mesmas, devido a uma maior diversificação das práticas, valores e estilos de vida presentes. Importa considerar a possibilidade de existência de vários tipos de gentrifiers, de

acordo com variáveis como: a fase do ciclo de vida que coincide com o momento de entrada no processo; a categoria socio-profissional; os rendimentos ou recursos económicos; e o standard da reabilitação efectuada na nova residência. A autora chama a atenção para o que designou de marginal gentrifier, franjas menos privilegiadas das novas classes médias e que apresentam uma significativa clivagem entre um capital escolar e cultural elevado e um baixo nível de capital económico. Exemplos frequentes são os dos jovens estudantes ou recém-licenciados na situação de sub-empregados ou empregados temporariamente em situação precária, mas que continuam a dar preferência às áreas centrais da cidade para fixar residência.

Tudo isto entronca na necessidade de compreensão das micro-unidades sociais, espaço de grupos restritos e de dinâmica social complexa, nomeadamente no que toca à constatação de uma assinalável heterogeneidade de comportamentos espaciais, sociais e culturais, que não se coaduna com uma classificação de classes sociais de perfil bem definido, tal como preconizado pela teoria marxista. A multipertença simultânea de cada indivíduo a diversos grupos com diferentes referências, mutável, além do mais, em função dos ciclos de vida, confere uma componente camaleónica ao modo de vida urbano típico do gentrifier, donde advém uma aparência caótica e uma dificuldade acrescida de operacionalização de categorias metodológicas capazes de detectar as práticas (Beauregard, 1986).

A tradicional e bem definida correspondência entre dado estatuto socio-económico e consumo e práticas sociais, com disposição territorial em mancha homogénea contínua (típica da cidade industrial moderna), desmembrou-se, na medida em que a maior parte dos estatutos culturais actuais se encontram localizados em redes difusas, cuja pertença deriva menos do local de residência, das relações familiares ou do meio socio-económico. Nos trabalhos de Deleuze e Guattari (1995, 2004) esta permeabilidade e contingência espaciais são expressas pela metáfora do rizoma, uma concepção pós-estruturalista de estrutura, em que as ligações são sempre (des)construídas a níveis diferentes e dentro de múltiplas ordens de escalas territoriais. É neste sentido que se afigura com bastante dificuldade construir um modelo genérico da apropriação social do espaço segundo a condição urbana pós-moderna, visto ser grande a heterogeneidade das formas de apropriação do espaço e do tempo em diferentes e justapostos contextos societários.

O desenvolvimento da sociedade de consumo disponibiliza um tal número de alternativas identitárias, que torna impossível de deduzir ou relacionar determinado tipo de práticas culturais à espacialidade a que está implicitamente associado determinado estatuto socio-económico do gentrifier. Pode-se dizer, no seguimento da proposta de Teresa Barata Salgueiro (2001), que se tende para uma apropriação pontual do território urbano, em detrimento da tradicional apropriação extensiva e em mancha de uma determinada zona. O território continua a participar na identificação dos indivíduos, contudo a apropriação é agora mais selectiva e feita a um nível micro, quando interdependências funcionais ou de interesses se sobrepõem à solidariedade de vizinhança e às dependências de proximidade, na base das relações sociais. Assume relevância o aumento da diversidade social associada a novos padrões de consumo, à pluralidade de estilos de vida que produzem novas e diversificadas procuras culturais. A gentrificação assiste, enquanto fenómeno de reestruturação urbana, a um aprofundamento de especificidades e particularismos sociais, que se reflectem numa crescente diferenciação das práticas sociais e culturais. Estas, por sua vez, espelham-se em espacialidades em rede, formando um tecido social complexo e difícil de decifrar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto evidenciou como a temática da gentrificação nos estudos urbanos é paradigmática da forma como o debate epistemológico e social sobre a condição pós-moderna interceptou com frequência o da cidade. As consequências epistemológicas da adesão ao discurso da pós-modernidade, tanto para o urbanismo, como para os estudos urbanos em geral, levaram à aceitação do princípio da incerteza na produção social do espaço urbano. Antes de mais, como vimos, este princípio encontra-se totalmente absorvido naquilo que neste texto chamámos de geografias pós-modernas da gentrificação e dos seus efeitos na produção social do espaço urbano cada vez mais fragmentada. Primeiro, porque a consubstanciação da gentrificação em contexto de mobilidade residencial intra-metropolitana, em complemento com a suburbanização, produz movimentos simultâneos antagónicos de desconcentração e de recentralização evidentes. Segundo, pois a gentrificação consolida uma nova organização do espaço urbano, reforçando uma estrutura mais fragmentada do território, típica da cidade pós-moderna. As implantações dos projectos imobiliários dirigidos aos gentrifiers apresentam um carácter pontual, introduzindo uma diferença brusca em relação ao tecido social envolvente. Frisámos como a fragmentação urbana produzida pela localização de tipo “enclave” na textura sócio-espacial existente na cidade, deriva, essencialmente, da recentralização selectiva inerente ao processo de gentrificação. Terceiro, a fragmentação está também presente na apropriação sócio-espacial descontínua que o gentrifier faz do bairro e da cidade e na afirmação de uma natureza cada vez mais poliédrica e camaleónica da sua identidade. Em quarto e último lugar, a apropriação pontual e

fragmentada do espaço, característica da gentrificação, introduz mudanças na escala da segregação socio-residencial produzida. Esta far-se-á, doravante, e contrariamente ao que acontecia na cidade moderna, a uma escala micro de maior complexidade, baralhando o primórdio da divisão social da cidade em manchas homogêneas, inerente ao princípio de zonamento funcional associado à cidade industrial.

Do ponto de vista epistemológico, o discurso sobre o conhecimento da gentrificação na condição pós-moderna da cidade enquadra-se nesta ausência de narrativas fundadoras que, por sua vez, remetem a discussão interdisciplinar de diversos saberes para o acontecer na prática da sua própria construção, que é social, localizado espacialmente e contextualizado historicamente. A constatação da emergência de descontinuidades no pensar da racionalidade enquanto crise da sua própria legitimação, a diluição da Geografia em múltiplas e legítimas geografias quotidianas e pessoais marca a necessidade de apostar num conhecimento da gentrificação mais próximo dos actores sociais que a protagonizam.

A crítica pós-moderna ao marxismo deixa as ciências socio-espaciais num impasse teórico que é ainda mais agravado pela “crise de paradigma”. É, por conseguinte, nesta ideia de desconstrução dos programas sintacticamente arrumados e hierarquizados dos “grandes códigos” totalizantes ou “grandes narrativas”, na terminologia de Lyotard (1989), que se constrói a filosofia da condição urbana pós-moderna. O processo de conhecimento, referem estes teóricos pós-modernos, já não se faz mais no âmbito de metanarrativas, de modo evolucionista e monocentrado, mas sim na diluição dos “grandes códigos” totalizantes em benefício da abertura à pluralidade de códigos e ao “acentrado”. Ao contrário da lógica da modernidade, baseada em códigos que Lyotard define como “grandes narrativas”, ideias ou valores globais que legitimam o poder e se destinam a toda a humanidade, tais como a ideia de progresso ou de emancipação progressiva do ser humano; a ciência tornou-se num sistema aberto, campo criador dos seus princípios, nunca generalistas, mas sempre locais, nunca definitivos, mas sempre provisórios. É a questão do “antimodelo” da “pragmática científica”, baseado na sistemática aberta e tendo como princípio a diferença e não o consenso ou a norma, opondo-se, portanto, a quaisquer códigos universalizantes.

Em suma, a condição pós-moderna ao defender que a(s) verdade(s) apenas têm um carácter probabilístico, aproximativo e provisório, arrasta para a Geografia a noção da flexibilidade cultural com que o conhecimento deve ser interpretado. As ideias traçadas por este saber baseiam-se em posições culturais dinâmicas, flexíveis, não definitivas, em permanente estado de projecto e reconfiguração, não se excluindo a possibilidade de serem transitórias, de se configurarem como uma mera passagem para outras necessariamente diferentes e igualmente dignas de validade. Corrobora-se, assim, que todas as interpretações da gentrificação poderão ser válidas, não podendo afirmar-se que uma o é em total e absoluto, única e verdadeira. Essa é, afinal, a grande potencialidade epistemológica da pós-modernidade e a sua mais sedutora estratégia: extinguir a metanarrativa ao desconfiar da totalidade do modelo moderno e dos regimes singulares de verdade. É, simultaneamente, a sua maior fraqueza.

Persiste a incapacidade da condição pós-moderna se afirmar enquanto bloco teórico coerente e único, o que nos leva a considerar que a teoria socio-espacial pós-moderna se caracteriza mais pelas modas e pela fragmentação do que pelo crescimento contínuo. Ainda assim, em nada esta conclusão parece contrariar o espírito pós-moderno, pois os movimentos críticos mais característicos têm sobretudo contestado “a grande teoria” ou as “grandes narrativas” modernas, afirmando o carácter necessariamente incompleto e fragmentado de todo o conhecimento, salientando a diversidade e a diferença de interpretações, por oposição a princípios universais e totalizadores. Não se estabeleceu, contudo, nenhum programa coerente e auto-sustentado de pesquisa, nem se conhece no âmbito dos estudos urbanos uma continuidade de trabalhos posteriores, embora tenham surgido contributos interessantes.

ⁱ Ver Dear (2000, 2001); Ellin (1996); Soja (2000, 2001); Harvey (1989); Watson e Gibson (1995); Benko e Strohmayr (1997); Cachinho (2006).

BIBLIOGRAFIA

ASCHER, F. *Metapolis. Acerca do Futuro da Cidade*. Celta Editora. Oeiras, 1998.

BARATA SALGUEIRO, T. “Cidade pós-moderna: espaço fragmentado”, em *Inforgeo* 12/13, pp.225-235, 1998.

-
- BARATA SALGUEIRO, T. Lisboa: Periferia e Centralidades. Celta Editora. Oeiras, 2001.
- BAUDRILLARD, J. La Société de Consommation. Éditions Plànète. Paris, 1970.
- BAUMAN, Z. Liquid Modernity. Polity Press. Oxford, 2000.
- BEAUREGARD, R. The chaos and complexity of gentrification, em N. SMITH; P. WILLIAMS (ed.). Gentrification of the City. Allen & Unwin. Londres, pp.35-55, 1986.
- BENKO, G.; STROHMAYER, U. (ed.) Space & Social Theory. Interpreting Modernity and Postmodernity. Blackwell. Oxford, 1997.
- BOURDIEU, P. O Poder do Simbólico. Difel. Lisboa, 1989.
- BOWLER, A.; MCBURNEY, B. "Gentrification and the avant-garde in New York's East Village: the good, the bad and the ugly", em Theory, Culture & Society 8(4), pp.49-77, 1991.
- BUTLER, T. Gentrification and the Middle Classes. Ashgate. Aldershot, 1997.
- CACHINHO, H. "Consumactor: da condição do indivíduo na cidade pós-moderna", em Finisterra 41(81), pp.33-56, 2006.
- DAVIS, M. "Urban renaissance and the spirit of postmodernism", em New Left Review 151, pp.106-113, 1985.
- DEAR, M. The Postmodern Urban Condition. Blackwell. Oxford, 2000.
- DEAR, M. The postmodern turn, em C. MINCA (ed.). Postmodern Geography. Theory and Praxis. Blackwell. Oxford, pp.1-36, 2001.
- DEAR, M.; FLUSTY, S. The Spaces of Postmodernity. Readings in Human Geography. Blackwell. Oxford, 2002.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O Anti-Édipo. Capitalismo e Esquizofrenia. Assírio & Alvim. Lisboa, 1995.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil Planaltos. Capitalismo e Esquizofrenia 2. Assírio & Alvim. Lisboa, 2004.
- ELLIN, N. Postmodern Urbanism. Princeton Architectural Press. Nova Iorque, 1996.
- FEATHERSTONE, M. Consumer Culture & Postmodernism. Sage. Londres, 1991.
- GRAHAM, S.; MARVIN, S. Splintering Urbanism. Networked Infrastructures, Technological Mobilities and the Urban Condition. Routledge. Londres, 2001.
- HALL, S. Identidade Cultural na Pós-Modernidade. DP&A Editora. Rio de Janeiro, 2005.
- HARVEY, D. The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change, Blackwell. Oxford, 1989.
- JAMESON, F. Postmodernism, or the Cultural Logic of Late Capitalism. Duke University Press. Durham, 1991.
- LEY, D. "Gentrification and the politics of the new middle class", em Environment and Planning D: Society and Space 12(1), pp.53-74, 1994.
- LEY, D. The New Middle Class and the Remaking of the Central City. Oxford University Press. Oxford, 1996.
- LEY, D.; WESTERN, J.; CYBRIWSKY, R. The political and social construction of revitalized neighbourhoods, em N. SMITH; P. WILLIAMS (ed.). Gentrification of the City. Allen & Unwin. Londres, pp.92-102, 1986.
- LYOTARD, J. F. A Condição Pós-Moderna. Gradiva Publicações. Lisboa, 1989.
- NAVEZ-BOUCHANINE, F. La fragmentation: sources et définitions, em F. NAVEZ-BOUCHANINE (ed.). La Fragmentation en Question: Des Villes entre Fragmentation Spatiale et Fragmentation Sociale? L'Harmattan. Paris, pp.45-104, 2002.
- O'CONNOR, J.; WYNNE, D. From the Margins to the Centre: Cultural Production and Consumption in the Post-Industrial City. Arena. Aldershot, 1996.
- POCHE, B. L'Espace Fragmenté. L'Harmattan. Paris, 1998.
- REMY, J. La fragmentation ou métamorphose de la ville, em F. NAVEZ-BOUCHANINE (ed.). La Fragmentation en Question: Des Villes entre Fragmentation Spatiale et Fragmentation Sociale? L'Harmattan. Paris, pp.105-112, 2002.
- ROSE, D. "Rethinking gentrification: beyond the uneven development of marxist urban theory", em Environment and Planning D: Society and Space 2(1), pp.47-74, 1984.
- SOJA, E. Postmetropolis. Critical Studies of Cities and Regions. Blackwell. Oxford, 2000.
- SOJA, E. Exploring the postmetropolis, em C. MINCA (eds). Postmodern Geography: Theory and Praxis. Blackwell. Oxford, pp.37-56, 2001.
- SOUSA SANTOS, B. Introdução a uma Ciência Pós-Moderna. Edições Afrontamento. Porto, 1989.
- SOUSA SANTOS, B. Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade. Edições Afrontamento. Porto, 1994.
- WATSON, S.; GIBSON, K. Postmodern Cities & Spaces. Blackwell. Oxford, 1995.